



Câmara Municipal de Agudo
Estado do Rio Grande do Sul

Comissão de Constituição e Justiça

Parecer nº 13/2026

Sobre o Veto Total ao Projeto de Lei nº 91/2025.

Relator: Ver. Dario Schüller

I – RELATÓRIO

Vem à Comissão de Constituição e Justiça, para exame e manifestação, o veto total apostado pelo Senhor Prefeito Municipal ao Projeto de Lei nº 91/2025, que “Dispõe sobre o plano de custeio do Regime Próprio de Previdência Social do município de Agudo - RS”.

II – EXAME

Incumbido para relatar a matéria, este parlamentar concluiu que não se acolhem as razões de veto apresentadas, por não se constatar vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidade que impeçam a conversão do Projeto de Lei nº 91/2025 em lei municipal.

III – CONCLUSÃO

Assim sendo, OPINO PELA REJEIÇÃO DO VETO TOTAL apostado ao Projeto de Lei nº 91/2025, por entender constitucional, legal e juridicamente adequada a matéria aprovada pelo Plenário desta Câmara Municipal.

Agudo, 2 de fevereiro de 2025.

Ver. Dario Schüller
Relator

IV – PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça, em reunião realizada hoje, OPINOU PELA REJEIÇÃO DO VETO TOTAL apostado ao Projeto de Lei nº 91/2025, nos termos do Parecer do Relator, Ver. Dario Schüller.

Ver. Bode: voto favorável.

Ver. Niveo Soares: voto favorável.

Agudo, 2 de fevereiro de 2026.

Ver. Djavan Oestreich
Presidente

Ver. Dario Schüller
Vice-Presidente

Ver. Bode

Ver. Niveo Soares